

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 02/08/2019

No segundo dia do mês de agosto, do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR), Priscila de Albuquerque Maranhão Polatti Veiga (SEDS); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Fernanda Regina Carneiro Lobo (SEJUF), Maria Nysa Moreira Nanni (SESP); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Amanda Peçanha Teixeira Vaz (UBM), Jucimeri Isolda Silveira (CRESS PR), Rute Regina Alves (ACECTP), José Wilson de Souza (Trilhas do Afeto), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Waleisca Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR), Diego Henrique da Silva Alves (Parafuso Educomunicação); **Convidados(as)/ Observadores:** Regina Bley (SEJUF), Roselene Sonda (CAOPJDH MPPR). **1. Abertura da Plenária:** O Conselheiro José Wilson fez a leitura da pauta e abriu para que novos pontos fossem inclusos. A Conselheira Waleiska sugeriu como ponto de pauta uma discussão envolvendo uma carteira de identificação para os Conselheiros. A Conselheira Fernanda mudou o ponto de pauta 6 (Plano Plurianual; diagnóstico e orçamento) deixando sua discussão para o período da tarde, na reunião das comissões; também foi incluído um novo ponto de pauta: “Eleição da ouvidoria”. A Conselheira Waleiska sugeriu como ponto de pauta um novo fluxograma para as Comissões. O Conselheiro Anderson recomenda, como ponto de pauta, oficializar entidades e órgãos dos membros ausentes em no mínimo três reuniões para sua substituição. Ademais, questiona sobre o ofício enviado à Celepar sobre a liberação do BI. Como não foi respondido, ele será reiterado, conforme apontado pela Conselheira Fernanda. **2. Aprovação da Pauta:** Após as propostas, as modificações realizadas e a pauta foi aprovada. **3. Informes da Secretaria-Executiva e dos(as) Conselheiros(as):** A Conselheira Fernanda informa que, com relação às ausências, a ALEP já foi oficiada; com relação aos ofícios, apenas o Ministério Público respondeu a respeito da Casa de Apoio Doce Lar e, foram expedidos, oito ofícios aprovados pelas Comissões. Como convites

29 recebidos, o COPED recebeu para participar da reunião ampliada do CONSEPIR que será em
30 Cascavel, no dia 07 de agosto, e foi encaminhado aos Conselheiros e Conselheiras por e-mail; A
31 formação Continuada na Área de Socioeducação e Direitos Humanos, que são vídeos
32 disponibilizados pela Escola de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça (ESEDH) e, também
33 o convite do Conselheiro Leonildo para participação da Marcha e Audiência Pública do
34 Movimento da População de Rua que acontecerá em Brasília. A Conselheira Rute convida os
35 Conselheiros e Conselheiras para participarem da formação continuada para Conselheiros
36 Tutelares e Rede de Proteção em Foz de Iguaçu, que acontece nos dias 12, 13 e 14 de Agosto.

37 **4. Cartão Corporativo – Orientações sobre as prestações de contas:** Marinilde
38 (GOFs/SEJUF) informa que a solicitação do cartão corporativo deve ser enviada por e-mail ao
39 financeiro com os seguintes dados: Nome completo, Rg, CPF e o número do Decreto de
40 nomeação. Após três dias úteis da solicitação, caso esteja tudo correto, o conselheiro pode ir ao
41 banco cadastrar a senha do cartão corporativo. Depois de 21 dias, o cartão (plástico) será
42 gerado e deve ser desbloqueado no sistema, para posteriormente ser entregue aos
43 conselheiros(as). Com relação ao desbloqueio do cartão junto ao banco, o desbloqueio deve
44 acontecer junto ao atendente, e não no caixa eletrônico, pois no caixa irá gerar um falso
45 desbloqueio. Marinilde deu continuidade às informações do ponto de pauta, esclarecendo sobre
46 a documentação para prestação de contas após a viagem, a ser enviada para a central de
47 viagens. Segundo aponta, os comprovantes de saque e depósito (original), comprovantes de
48 passagens aéreas ou rodoviárias (original) e comprovantes de traslado (podendo ser
49 aplicativos), deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva, que irá repassar à Central de
50 Viagens, assim como, o Relatório Técnico informando os objetivos da viagem, com a assinatura
51 do Conselheiro(as) que solicitou a viagem. Outrossim, de acordo com o Decreto nº 5453, da
52 Central de Viagens, os Conselheiro(as) deverão, no prazo máximo de dois dias úteis do seu
53 retorno, apresentar os documentos comprobatórios de viagem, e, caso não tenha utilizado os
54 valores totais de passagens e traslado, os mesmos deverão ser devolvidos. A Conselheira Rute
55 pergunta se é necessário realizar o saque do valor total destinado à viagem. Marinilde aponta
56 que as duas formas são válidas, relatando que, caso não seja sacado o valor total, o restante irá
57 retornar ao governo. Marinilde reitera que o valor, quando devolvido, deve ser exato, pois o

11

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

58 Governo não consegue estornar ou devolver valores sobressalentes. O Conselheiro José Wilson
59 contesta o fato de não receber diária caso os Conselheiros(as) viagem às 22 horas,
60 acrescentando sobre uma informação do Decreto, comenta que, até 300km, utiliza-se
61 preferencialmente transporte rodoviário, portanto, requisita que suas viagens sejam aéreas.
62 Marinilde comenta que essas discussões precisam ser verificadas junto à Diretoria-Geral e que o
63 ponto de pauta diz respeito às prestações de contas. A Conselheira Jucimeri sugeriu, como
64 encaminhamento, que seja verificada uma agenda junto ao Diretor Geral para avaliar essas
65 questões pertinentes às viagens. Ademais, comenta sobre os custos que muitas vezes precisam
66 ser desembolsados pelos próprios Conselheiros. Complementando sua fala, o Conselheiro José
67 Wilson expõe sobre o envio dos comprovantes por correio, que hoje ele envia em
68 correspondência normal e não por Sedex, devido aos custos que saem do seu próprio bolso. A
69 Conselheira Edna relembra seu ressarcimento que ainda não ocorreu, pois, arcou com os custos
70 em viagem anterior e ainda não foi ressarcida. Sobre a reunião com a Diretoria-Geral, Fernanda
71 informa que deverá ser marcada pela Regina Bley. **5. Plano Plurianual: diagnóstico e**
72 **orçamento:** Em relação à dotação orçamentária, a Conselheira Fernanda informa que ela é
73 abrangente, envolvendo diversos Conselhos, Convênios e também a Escola de Direitos
74 Humanos (ESEDH), pois, ele tem como objeto as políticas públicas de cidadania e direitos
75 humanos. Ao ser questionada pela Conselheira Edna, a conselheira Fernanda informa que o
76 valor referente a 2019 é de 4 milhões e 700 mil, também informando que o valor de 3 milhões e
77 600 mil já foi utilizado. A Conselheira Jucimeri propõe que o Conselho pense um plano estadual
78 para ser elaborado em conjunto, como uma ação buscando aprimorar as políticas em direitos
79 humanos, além da criação de um mecanismo para monitoramento da área, sendo possível
80 acompanhar as ações ao longo das suas efetivações. Segundo a Conselheira, essa discussão
81 pode ser retomada no período da tarde juntamente com as comissões, quando o PPA for
82 debatido. O Conselheiro Diego questiona sobre a apresentação do PPA; A Conselheira
83 Fernanda e demais Conselheiros informam sobre a alteração dos pontos de pauta, comentando
84 que o mesmo foi alterado para o período da tarde, na reunião das comissões. Fernanda também
85 informa que a discussão do PPA atual é com relação ao ano de 2020. O Conselheiro Diego
86 questiona sobre o prazo para as definições de valores. A Conselheira Fernanda informa que foi

12
13
14
15

87 requisitado recentemente e, com um prazo bem curto. Ademais, comenta que a Secretaria da
88 Fazenda tem até o dia 30 de setembro para cadastrar a lei orçamentária. O Conselheiro Diego
89 questiona sobre como o Conselho pode auxiliar nessa elaboração, tendo em vista o prazo
90 exíguo. A Conselheira Rute sugere uma reunião extraordinária, ou que isso seja planejado pela
91 comissão. A Conselheira Waleiska questiona esse orçamento compartilhado, tendo em vista que
92 cada Conselho pode orçar determinadas ações, entretanto, os valores atribuídos poderiam ser
93 gastos antes do prazo por demais Conselhos ao longo do ano. A Conselheira Fernanda
94 responde que a prioridade é a destinação às ações previstas. O que, acrescentado pela
95 Assistente Social Roselene (Lena) do MPPR, dá vantagem aos Conselhos mais organizados e
96 que já possuem planos de ações. A Conselheira Regina Bley comunica que o orçamento do
97 Departamento ficou em 4 milhões no passado e foi reduzido pela Secretaria da Fazenda em 1
98 milhão, sendo necessário ajustar todo o planejamento. Outrossim, salienta a importância da
99 organização do planejamento desde o início da gestão para que as ações sejam efetuadas, além
100 disso, se mostra favorável a ideia do plano estadual como melhor medida para planejar ações. A
101 Conselheira Waleiska questiona se é possível planejar ações, mesmo que reduzidas, com os
102 valores deste ano que ainda não foram utilizados, caso haja a organização. A Conselheira
103 Fernanda indica que o orçamento possui 1 milhão e 89 mil para o restante do ano e pode ser
104 utilizado. A Conselheira Rute reitera que essa discussão seja realizada na reunião das
105 comissões, para que se inicie o planejamento e seja esboçado, buscando mais produtividade,
106 tendo em vista os curtos prazos. O Conselheiro Marcel destaca a dificuldade de entendimento
107 em torno dos orçamentos que essas discussões têm elucidado, comenta das diferenças sobre
108 as duas leis orçamentárias para serem votadas, sendo uma o PPA (plano plurianual) que é
109 votado a cada quatro anos no primeiro ano do mandato de cada Governador e a LOA. Outra
110 dúvida informada pelo Conselheiro é sobre a união entre SEJU e SEDS, e a questão financeira
111 dessa junção. A Conselheira Fernanda responde que os orçamentos continuam sendo distintos e
112 indica que o orçamento apresentado diz respeito aos Conselhos da SEJU e toda a área dos
113 Direitos Humanos. Dando continuidade a sua fala, o Conselheiro Marcel indaga sobre os planos
114 atividades que se desdobram em ações e pergunta se existe algum documento escrito para ser
115 consultado. A Conselheira Fernanda responde que estas ações estão contidas e descritas na

21

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

116 LOA. O Conselheiro Marcel pergunta se existe algum relatório mensal de execução. A
117 Conselheira Fernanda informa que existe um relatório de atividades anual que é enviado ao
118 Governador. Ademais, o Conselheiro Marcel questiona se é possível consultar a execução de
119 tais atividades, se é discriminado de modo específico e também questiona se existe algum
120 documento que pode ser consultado pelo Conselho. Segundo a Conselheira Fernanda, as
121 descrições são realizadas via rubricas e acrescenta, junto ao Conselheiro Anderson, que os
122 relatórios não são simples de serem compreendidos. Finalizando, Marcel reitera a importância
123 do Conselho ter acesso aos dados das execuções das políticas públicas e, como proposta de
124 encaminhamento, reitera que esses relatórios possam ser consultados e utilizados para um
125 acompanhamento pelo Conselho. O Conselheiro Diego afirma que não ficou claro a
126 periodicidade deste relatório e questiona se não é possível encurtá-lo. A Conselheira Jucimeri
127 indica que essa discussão que está sendo realizada no momento é a mais importante, tendo em
128 vista que a principal função do Conselho é a fiscalização, deliberação e normatização das
129 políticas públicas de Direitos Humanos. Sobre o descompasso das aplicações de planejamentos
130 (ano em ano, gestão em gestão), a Conselheira sugere que isso deveria ser discutido em
131 reunião exclusiva sobre planejamentos. Ademais, comenta que a transversalidade dos direitos
132 humanos pode ser uma armadilha para a não especificidade das políticas, pois, é preciso
133 monitorar as políticas aplicadas em cada uma das áreas. Além disso, destaca a necessidade de
134 criação de um plano estadual e ressalta que ambos os Deputados que possuem cadeira neste
135 Conselho não estão presentes nesta reunião que é de suma importância para a área dos direitos
136 humanos, portanto, questiona qual seria o compromisso do legislativo com os direitos humanos.
137 A Conselheira também salienta a importância da Educação em Direitos Humanos e a
138 necessidade de se aplicarem ações envolvendo-a. Outrossim, não acha possível, nem
139 necessário, que o Conselho se debruce em relatórios mensais, pois, é função do executivo.
140 Acrescentando, sugere que esses relatórios possam ser apresentados de quatro em quatro
141 meses e frisa a necessidade de uma reunião extraordinária para planejar e deliberar sobre o
142 assunto. A Conselheira Regina Bley retoma a pergunta do Conselho Marcel sobre a fusão entre
143 SEJU e SEDS, informando que a responsabilidade do Departamento é administrativa, não
144 técnica, e comenta que não há disputa orçamentária entre os Conselhos da SEJU ou SEDS, os

22
23
24
25

145 Conselhos de cada Departamento possuem orçamentos próprios. Concluindo sua fala, a
146 Conselheira Regina reitera toda a fala da Jucimeri e evidencia sua importância. O Conselheiro
147 Diego pergunta sobre os prazos que o COPED terá para enviar as sugestões ao PPA. O PPA
148 será apresentado no período da tarde, junto aos seus prazos, conforme informado pelas
149 Conselheiras Regina e Fernanda. A Conselheira Jucimeri enfatiza a relevância de se discutir o
150 Plano Estadual, todavia, ressalta que a prioridade deve ser o PPA, considerando seus prazos. O
151 Vice-Presidente Clau pergunta aos Conselheiros e Conselheiras se possuem mais alguma
152 dúvida sobre o ponto de pauta, pois, é necessário que a reunião avance. A Conselheira Jucimeri
153 reitera a proposta realizada pelo Conselheiro Marcel, com relação ao acompanhamento das
154 políticas públicas executadas nos últimos meses. Como proposta de encaminhamento, o
155 Conselheiro Marcel complementa sua sugestão, indicando que seja disponibilizado um
156 documento detalhado com a execução financeira dos últimos seis meses para que o Conselho
157 possa avaliá-lo. A Conselheira Jucimeri aponta que quem propõe a política em direitos humanos
158 é o executivo e frisa que o PPA, quando encaminhado, parte do pressuposto de que o mesmo foi
159 deliberado pelos Conselhos de Direitos Humanos, sendo assim, aconselha que na reunião das
160 comissões no período da tarde, elas sejam todas centralizadas neste assunto, para que o PPA
161 seja avaliado dentro de suas ações e recursos que serão disponibilizados e também sua série
162 histórica dos últimos anos, para que sejam comparados. A Conselheira Regina acredita que a
163 melhor forma dessa análise ser realizada é perante uma reunião extraordinária convocada com
164 esse foco. A Assistente Social Roselene (Lena) do MPPR questiona, então, qual seria a pauta no
165 período da tarde. Os Conselheiros e Conselheiras entram em acordo para que a pauta do PPA
166 seja mantida, assim, mesmo com uma breve apresentação, ele pode auxiliar na futura reunião
167 extraordinária que irá ocorrer. Após um debate sobre a data da reunião extraordinária, ficou
168 acordado que ela ocorrerá no dia 13, às 09 horas, com pauta única. O Conselheiro Anderson
169 colocou à disposição a sala plenária da OAB, caso a sala de gestão da SEJUF esteja ocupada.
170 A Conselheira Jucimeri destaca a importância da presença dos Deputados que compõem o
171 Conselho e sugere que seja reiterada a solicitação de suas presenças. **6. Eleição da Ouvidoria:**
172 A Conselheira Karollyne sugeriu esse ponto de pauta para que os Conselheiros e Conselheiras
173 se pronunciassem sobre a eleição da Ouvidoria da DPPR e suas escolhas, pois, enxerga como

31

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

174 problemática a não visibilidade do COPED. A Conselheira Waleiska comenta sobre o Conselho
175 não ter aproveitado o espaço da eleição e não ter indicado ninguém para participar da eleição. A
176 Conselheira Karollyne acrescenta que o COPED, no mínimo, deveria ter selecionado um
177 membro para a participação. A Conselheira Amanda, como participante da comissão eleitoral,
178 frisou que a maior preocupação acabou sendo com a forma e os trâmites da eleição. A
179 Conselheira Jucimeri concorda que faltou uma unidade ao Conselho na organização da disputa
180 eleitoral, ademais, ressalta que os eleitos devam ser acompanhados pelo Conselho e os
181 mesmos também devem participar das atividades do Conselho. A Conselheira Regina enfatiza a
182 importância da discussão da avaliação da eleição e comenta que talvez seja a primeira vez que
183 isto ocorre neste Conselho. Ademais, informa sobre as discussões que foram realizadas no
184 passado, que indicava o COPED como instância de indicação da lista tríplice, informando que
185 houve muitos questionamentos, entretanto, salienta a importância dessa instância, tendo em
186 vistas que o Conselho delibera e monitora políticas públicas de direitos humanos em todo o
187 Estado do Paraná. Acrescenta que nesta eleição ficou clara a importância do Conselho em sua
188 participação. A Conselheira Karollyne comenta que o ponto de pauta surge justamente para isso,
189 para que o Conselho reconheça seus erros e aprenda com eles, afinal, o Conselho deve estar
190 lado a lado com os Ouvidores. Além disso, comenta sobre como o COPED se inviabilizou no
191 processo, pois mesmo com a participação de alguns Conselheiros e Conselheiras, nenhum
192 deles esteve como candidato(as), o que gerou perguntas recorrentes quanto a isso. A
193 Conselheira Edna comenta que acredita que as eleitas são bem preparadas, ficou satisfeita com
194 o resultado, além disso, destaca que o desempenho da função dos Ouvidores também depende
195 da articulação do Conselho com os mesmos. O Conselheiro Marcel discorre sobre a lei
196 complementar que estabelece a lei orgânica, expondo que a eleição é de realização da
197 sociedade civil em conjunto com o Conselho, e não um assunto exclusivo de uma reunião
198 plenária, portanto, acredita que o debate deveria acontecer em conjunto a sociedade civil.
199 Ademais, informa que a lei orgânica não estabelece impeachment ao candidato eleito, o que
200 aumenta a responsabilidade na escolha do mesmo. Acrescenta também, que existem
201 movimentos desde a época da construção da lei orgânica (2011), com o entendimento de que
202 não seja o Conselho que organize a eleição, mas sim, que haja um edital para que entidades de

32
33
34
35

203 direitos humanos possam se credenciar e, essas entidades, votem posteriormente no edital.
204 Outrossim, em resposta à eventual fiscalização da papel do Ouvidor, o Conselheiro Marcel
205 recorda que o Conselho tem como função fiscalizar políticas do Estado, portanto, sim, é de sua
206 responsabilidade monitorar a própria Ouvidoria, bem como os Ouvidores. Finalizando sua fala, o
207 Conselheiro reconhece falhas pessoais no processo de sua candidatura e comenta que não
208 buscou alterar a entidade que representava, e comenta que o fez por lisura com o processo,
209 acreditando que não seria correto dentro do processo se candidatar pela mesma entidade. Além
210 disso, comunica que seria importante um debate futuro em conjunto com a sociedade civil para
211 que o assunto possa ser mais aprofundado. A Conselheira Waleiska pede que os Conselheiros
212 sejam objetivos nas explanações quanto a este ponto de pauta. O Conselheiro Anderson, como
213 membro da comissão organizadora, relata que ocorreram diversas demandas de Conselheiros
214 da sociedade civil reclamando do processo. O Conselheiro também acrescenta que acredita
215 haver uma necessidade da quarentena dos candidatos, criando mais transparência no processo.
216 O Conselheiro Diego propõe como sugestão de encaminhamento a convocação dos Ouvidores
217 para a reunião do COPED, além disso, aponta que devam ser solicitados relatórios dos últimos
218 mandatos dos Ouvidores e, também, a necessidade de avaliar a possibilidade de eleger
219 Conselheiros do COPED para participar de reuniões da Ouvidoria. Ademais, acha importa que
220 sejam consultadas as principais demandas da Ouvidoria e da Defensoria Pública nos últimos
221 anos. A Assistente Social Roselene (Lena) do MPPR propõe que seja requisitada a série
222 histórica de reclamações recebidas pela Ouvidoria, pois os atendimentos na Defensoria já estão
223 consignados nas atribuições e está vigorando em lei, acrescenta também, que tem recebido
224 diversas reclamações através do Ministério Público a respeito do atendimento, como exemplo,
225 cita que pessoas chegam às cinco da manhã e recebem senhas para serem atendidas apenas
226 no período da tarde, sendo assim, sugere que as requisições de demandas sejam centralizadas
227 na Ouvidoria e não na Defensoria. A Conselheira Fernanda sugere que os pontos de pauta
228 “Congelamento dos Estudantes na Rede Pública de Ensino” e “CENSE – Unidade Regional
229 Maringá - Falta de equipe” poderiam ser discutidos nas Comissões. A Conselheira Waleiska
230 salienta que os pontos 7 (Atuação do Deputado Estadual Soldado Adriano) e 11 (Apresentação
231 de Projeto para a realização de exposição fotográfica sobre o Sistema Penitenciário) devam ser

41

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

232 discutidos em plenária. **7. Atuação do Deputado Estadual Soldado Adriano:** A Conselheira
233 Waleiska inicia a discussão do ponto de pauta informando que o Deputado Estadual é um
234 Soldado que foi eleito recentemente e, desde sua campanha, vem promovendo a defesa da
235 tortura em vídeos veiculados em suas redes sociais. Informa, também, que o Deputado é Vice-
236 Líder do Governo e integra a Comissão de Direitos Humanos da ALEP, sendo agravantes para
237 sua conduta. Após a eleição, o Deputado continua publicando vídeos constantemente com o teor
238 mencionado, conforme informado pela Conselheira. A Conselheira Maria Nysa expressa que a
239 presença do Deputado Tadeu Veneri era fundamental para discussão desse ponto de pauta.
240 Dando continuidade a sua fala, Conselheira Waleiska informa que trouxe isso ao Conselho para
241 que possa ser verificado em conjunto quais ações podem ser tomadas. Acrescenta ao relato,
242 que o Deputado em questão fala abertamente sobre como o bom policial é aquele que mata, fala
243 também sobre o extermínio da população periférica e defende tortura de pessoas ligadas a área
244 de direitos humanos, ele constantemente elogia e estimula a violência. Finalizando a fala, a
245 Conselheira destaca que ele precisa ser freado e responsabilizado pelos seus atos. O
246 Conselheiro Marcel acredita que é necessário pensar em como construir uma cultura em
247 educação em direitos humanos, afinal, tem se mostrado indispensável se rediscutir qual o papel
248 de cada um enquanto ativistas de direitos humanos. A Conselheira Walesika comenta que não
249 trouxe a proposta de pauta para o Conselho se manifestar contra o Deputado, mas sim discutir
250 como agir neste caso. O Conselheiro Marcel complementa sua fala, trazendo que este debate
251 evidencia a necessidade de se discutir informações e educação em direitos humanos, talvez
252 alguma campanha de conscientização ou algo do gênero. A Conselheira Waleiska propõe como
253 encaminhamento, para além das questões levantadas pelo Conselheiro Marcel, alguma ação
254 mais imediata, talvez não especificamente centrada na figura do Soldado Adriano, pois, isso é
255 disseminado por diversos outros servidores através de grupos do Whats'App, por exemplo.
256 Entretanto, precisa haver alguma responsabilização pelos atos cometidos. A Conselheira Rute
257 acredita se tratar de um crime e, talvez, seja necessário informar isso diretamente à Comissão
258 de Direitos Humanos, sugere que isso possa ser conversado diretamente com o Conselheiro
259 Tadeu Veneri, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pois, a nota pública não
260 seria uma boa estratégia. A Assistente Social Roselene (Lena) do MPPR concorda com as falas

42
43
44
45

261 das Conselheiras Waleiska e Rute, compreendendo como esse Deputado possa ser
262 responsabilizado pelos seus atos. Ademais, concorda com a fala do Conselheiro Marcel com
263 relação à educação em direitos humanos, contudo, ainda se faz necessário que haja uma ação
264 direta contra esse tipo de conduta. Acrescenta, que é necessário que se articule essa questão
265 com pessoas de dentro da Assembléia, independente da posição política. A Conselheira Jucimeri
266 frisa que é uma questão jurídica. Como encaminhamentos mais objetivos, o Conselheiro Marcel
267 entende que o Conselheiro e Deputado Tadeu Veneri seja convocado para que haja um debate
268 sobre isso e, também, enviar a remessa dessas postagens para o PGJ avaliar a possível
269 criminalidade envolvendo essas publicações. A Assistente Social Roselene (Lena) do MPPR
270 acredita que essa ação criminal deva ser interpelada pelas vias oficiais da Assembléia e não
271 através de caminhos comuns, que poderiam processar qualquer civil. O Conselheiro Anderson
272 pergunta se pode levar essa questão para a OAB discuti-la internamente. O que foi acordado
273 pelo Conselho. A Conselheira Maria Nysa expressa que a comunidade policial é extremamente
274 fechada a críticas externas, assim sendo, seria prudente se aliar com grupos que estão dentro
275 da atividade policial para buscar um reforço tanto na crítica, quanto na análise de tais situações.
276 Assim, os aliados não serão restringidos apenas ao público que trabalha diretamente a área dos
277 direitos humanos. Como proposta de encaminhamento, a Conselheira Maria Nysa indica que
278 ocorra uma ponte realizada pelos Conselheiros e Conselheiras com outras instituições para
279 avaliar o melhor encaminhamento, posto isso, o COPED faria os encaminhamentos, afinal, como
280 frisa a Conselheira, o Deputado como membro da sociedade eleito, torna-se um servidor público
281 que precisa responder pelas suas ações em todas as áreas (civil, criminal, administrativo),
282 portanto, o encaminhamento precisa ser pensado dentro de tais áreas. A título de
283 encaminhamento, a Conselheira Fernanda informa que recentemente o Deputado Traiano
284 encaminhou as indicações da ALEP para o PROVITA, sendo um dos indicados o Soldado
285 Adriano. Mas a indicação foi revogada após diálogo da Comissão de Direitos Humanos da ALEP.
286 Por isso, acrescenta a necessidade de se trazer o Deputado Tadeu para essa discussão, como
287 forte apoio aos encaminhamentos. A Conselheira Jucimeri recomenda que o Deputado Goura
288 seja contatado, segundo a Conselheira, ele vem tendo uma agenda muito positiva em direitos
289 humanos. Acrescenta a importância de novas lideranças no legislativo, não sendo necessário

51

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

290 centralizar tudo no Tadeu. Ademais, considera que no período da tarde seja debatida uma
291 possibilidade de política envolvendo a área de comunicação em direitos humanos no Estado do
292 Paraná. Sugerindo que, por exemplo, possa ser criado algum edital para fomentar a produção de
293 vídeos que divulguem o que são os direitos humanos, dialogando diretamente com a sociedade.
294 Com relação aos encaminhamentos, a Conselheira concorda com todos eles discutidos neste
295 ponto de pauta e, acrescenta que na parte da tarde possam ser redigidos em conjunto. O
296 Conselheiro Anderson reitera a informação sobre a questão das faltas e informa sobre o ofício
297 enviado à ALEP de substituição do Tadeu Veneri pelas consecutivas ausências. **8.**
298 **Apresentação de Projeto para a realização de exposição fotográfica sobre o Sistema**
299 **Penitenciário:** A Conselheira Waleiska informa sobre a exposição fotográfica com um material
300 inédito que compõe 17 das 34 unidades penais do Paraná, com um olhar focado no trabalhador
301 penitenciário. O nome da exposição é “Operários do Cárcere, Rostos Invisíveis” e foi inaugurada
302 no ano passado na OAB e também já foi exposta na UniBrasil. Como sugestão, a Conselheira
303 acredita que ela possa acontecer também na Secretaria de Justiça com o apoio do COPED; ela
304 poderia ser exposta no hall do Palácio das Araucárias. O Conselho entrou em acordo com a
305 proposta e a Conselheira Fernanda irá verificar quanto ao espaço. A reunião se deu por
306 encerrada e os demais assuntos foram transferidos para serem discutidos na reunião das
307 comissões, como acordado anteriormente. Na parte da tarde, após as reuniões das Comissões,
308 procedeu-se o relato das mesmas, sendo que o relator Diego Henrique da Silva Alves da
309 Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos
310 relatou que: 1. Canais de Comunicação do COPED: Aprovar a criação de um site próprio do
311 COPED. Aprovar a criação de redes sociais oficiais do COPED (Facebook, Instagram e outras
312 que forem julgadas necessárias pelo GT de Comunicação). Enviar ofício à SEJU solicitando
313 formalmente a criação dos referidos canais de comunicação do COPED. Iniciar os trabalhos do
314 GT de Comunicação para construção de Plano de Comunicação do COPED e dar os devidos
315 encaminhamentos de produção de conteúdo que forem necessários e possíveis. Parecer do
316 COPED: Aprovado o parecer da Comissão. 2. Incidência do COPED sobre os recursos previstos
317 no Plano Plurianual (PPA) para a Pasta de Direitos Humanos no Paraná: Realizar uma reunião
318 extraordinária do COPED, tendo como pauta prioritária o PPA na área de direitos humanos, para

52
53
54
55

56

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

319 que conselheiros(as) possam apontar mais detalhadamente os recursos que julgam necessários
320 de serem reservados para os próximos anos tendo em vista a realização de projetos, programas
321 e ações a serem efetuados pelo Executivo, à luz das recomendações da sociedade civil que
322 estão sendo sistematizadas, mas também das contribuições do COPED, que tem a atribuição de
323 deliberar sobre a construção e desenvolvimento das políticas públicas de direitos humanos no
324 Estado do Paraná. Parecer do COPED: Aprovado o parecer da Comissão. 3. Nova Lei do
325 COPED: A Comissão não discutiu a pauta durante sua reunião por ausência de tempo; o
326 assunto foi discutido em plenária, por solicitação da Regina. **Parecer do COPED:** Retomar a
327 discussão da nova lei, avaliando a proposta do governo e, assim que aprovada, encaminhar a
328 questão para as providências cabíveis. Sem mais, a reunião foi encerrada. A presente ata foi
329 lavrada por Matheus Petris e corrigida pela servidora Ana Raggio.

330

57
58
59
60